

#2

DIFERENCIAL



UMA BARREIRA



INVISÍVEL

Março 2017

#2

Nesta edição do Diferencial, focamo-nos na globalização e respectivas consequências sob diferentes vertentes. Esta edição prima por uma investigação profunda sobre as temáticas abordadas, o que contraria o que parece ser a metodologia actual dos media comuns, que têm caído cada vez mais no sensacionalismo. Numa fase onde parece ser mais importante ter o primeiro artigo, ao invés do melhor artigo, procuramos fazer uma análise das causas e consequências deste jornalismo da nova era.

O Diferencial é um jornal apartidário e conta com uma equipa heterogénea no que respeita a ideais políticos. Contudo, no momento em que uma situação viola os princípios mais básicos da Humanidade, é unânime que essa situação é crítica e deve ser analisada, debatida e revelada, independentemente, das motivações políticas subjacentes.

Neste sentido, relatamos duas situações que agridem claramente os valores humanitários em prol do capital: A Guerra no Médio-Oriente e o sistema de escravos que sustenta a Indústria Pesqueira na Tailândia. Da primeira, resulta uma das problemáticas mais polémicas na Europa no ano 2016: a crise dos refugiados. Nesta edição, a forma como a Europa tem lidado com o panorama dos refugiados é criticada pelo Miguel Duarte, ex-membro do Diferencial que trabalhou como voluntário num campo de refugiados e num barco de resgate na costa Líbia, vivenciando, in situ, as condições desumanas em que vive grande parte dos refugiados que chegam à Europa.

Numa perspectiva local, analisamos os efeitos da globalização sob a vertente turística nos bairros tradicionais lisboetas, cuja essência tem vindo a ser comprometida em virtude do investimento direccionado ao turismo. Note-se que é esta mesma essência que atrai os turistas, o que torna este cenário algo paradoxal.

Por fim, e porque o Diferencial, independentemente de altos e baixos, continuidades e descontinuidades, é o Jornal dos Estudantes do IST e uma das Secções Autónomas mais antigas da Academia, procuramos informar o nosso público-alvo acerca da instituição e dos órgãos que a representam. Neste sentido, analisamos a perspectiva da AEIST na moção assinada pelo presidente da mesma, que visa a gratuidade das propinas e que incentivou o Bloco de Esquerda a preparar uma proposta a apresentar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Inês Mataloto

DIREÇÃO

Afonso Anjos, Francisco Moreira de Azevedo e Inês Mataloto

REDAÇÃO

Afonso Anjos, António Silva, Ana Lúcia Tiago, Beatriz Silveira, Francisco Carvalho, Francisco Moreira de Azevedo, Francisco Duque Lemos, Gil Gonçalves, Inês Mataloto, João Santos, José Pedro Lopes, Miguel Martinho, Miguel Ferreira, Miguel Rodrigues dos Santos, Rafael Rodrigues

REVISÃO

Ana Lúcia Tiago, Inês Mataloto e Miguel Martinho

GRAFISMO E EDIÇÃO GRÁFICA

Afonso Anjos

IMAGEM DA CAPA

Gonçalo Ferreira

GESTÃO DE PLATAFORMAS ONLINE

Francisco Moreira de Azevedo

APOIOS



* - O Jornal Diferencial é escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, mas, conforme a escolha de cada redator, os artigos que não seguirem essa regra serão assinalados com um asterisco no subtítulo.

diferencial.tecnico.pt

O VERDADEIRO PREÇO DO PEIXE

A Tailândia é o terceiro maior exportador de pescados do mundo, atrás da China e da Noruega. As grandes superfícies comerciais do ocidente compram peixe tailandês, que é depois vendido a um preço relativamente barato aos consumidores. Sabe-se, contudo, que isto só é possível graças a um cenário de escravatura. *

por Inês Mataloto

○ Tesco e o Carrefour são apenas dois exemplos de superfícies comerciais internacionais que compram pescado tailandês, e estima-se que a indústria mova cerca de 6.5 mil milhões de euros por ano. Contudo, a funcionalidade desta indústria multimilionária assenta num cenário de escravidão que começa com tráfico humano: a esperança de escapar a uma vida de pobreza extrema leva pessoas a migrarem em busca de uma vida melhor. Estas pessoas, maioritariamente oriundas de Myanmar, um dos países mais pobres do mundo, começam por pagar ilegalmente a corretores, para que estes os levem até à Tailândia. Uma vez na Tailândia, os comandantes dos barcos da indústria pesqueira pagam cerca de quatrocentas e cinquenta libras por cada trabalhador aos corretores, mas, uma vez a bordo, os homens são obrigados a trabalhar sob condições tortuosas até que saldem a dívida. Alguns dos escravos que foram descobertos e entrevistados afirmaram ter sido forçados a trabalhar em turnos de 20 a 22 horas por dia, sem folgas e com direito a apenas um prato de arroz por dia. Qualquer queixa ou tentativa de descanso é punida com violência ou até mesmo com a morte. Qualquer tentativa de reivindicação perante o comandante é punida com uma morte bárbara e em público, para que sirva de exemplo aos outros. Uma testemunha ocular contou ao *The Guardian*, numa reportagem divulgada em 2015, que um dos seus colegas foi amarrado à proa pelos braços e pelas pernas e, depois, desmembrado. Neste cenário, e presos em alto mar, a única saída, para muitos, é o suicídio.



©Gernot Hensel/EPA

Diversas organizações direccionadas à defesa dos Direitos Humanos têm-se insurgido perante esta situação, mas tanto o governo tailandês como as grandes superfícies comerciais que compram este pescado parecem estar eludidos sobre o problema. Ambos garantem que têm sido feitos esforços no sentido de combater o tráfico humano e a escravatura que sustenta a funcionalidade do terceiro maior exportador da indústria pesqueira, sendo que, este ano, os Estados Unidos removeram a Tailândia da lista dos países mais transgressores no que refere ao tráfico humano. O relatório anual *Trafficking in Persons* classifica os países numa escala de 1 a 3 de

acordo com o seu nível de eficiência no combate ao tráfico humano e outras formas de escravatura. De acordo com a lei dos EUA, a atribuição do nível 3 a um país pode levar a sanções, restrições na assistência por parte da superpotência americana e ainda negação do acesso

a financiamento de bancos internacionais como o Banco Mundial. Segundo este relatório, a Tailândia encontra-se agora no nível 2, o que significa que o governo dos EUA lhes reconhece os padrões mínimos necessários no combate ao tráfico humano. Contudo, activistas como Steve Trent, director executivo da organização sem fins lucrativos *Environmental Justice Foundation*, afirmam que pouco tem mudado neste cenário desumano e que há interesses políticos e económicos por detrás da aparente melhoria da situação de tráfico humano e escravatura na Tailândia. □

GUERRA NA SÍRIA: UM IMPASSE

Um ponto de situação da guerra, no fim de Janeiro: um novo Iraque, a variável Trump e a frustração do Neo Otomanismo Turco

por Carlos Pinto Machado

Durante o ano de 2016 tudo mudou. No rescaldo do ataque em Paris, a Europa e aliados começaram a ver a guerra na Síria com outros olhos. Particularmente, a Turquia, que começou a iniciativa no terreno, em agosto do ano passado. A operação denominada como “Escudo de Eufrates”¹ tem como objetivo combater o EI² e os rebeldes curdos, no entanto ocupa zonas da Síria ilegalmente pela lei internacional.

Desta forma, o número de jogadores na guerra aumenta, os conflitos intensificam-se e as relações complicam-se. Um fator importante é a questão do apoio americano a rebeldes sírios no passado, assim como recentemente às forças democráticas sírias no que toca à ação contra o EI, chegando mesmo a operações conjuntas com auxílio de forças especiais, além do clássico bombardeamento indiscriminado que será falado posteriormente.

Os bombardeamentos praticados no decorrer da guerra e atualmente mostram-se ineficazes, tendo contribuído mesmo para uma repetição da segunda guerra do Iraque, cuja destruição de infraestruturas levou um país moderno de volta à era medieval. Estes bombardeamentos têm tido maior repercussão na população civil, resultado de um efeito quase negligenciável a nível militar, tendo em conta os danos colaterais nas populações.

O efeito secundário grave é a ascensão de movimentos como o EI, que prosperam em países despojados de estado, com populações revoltadas contra os que destruíram o seu país.

Há uma nova variável que não só parece mudar o rumo da guerra, como ameaça mudar a política no médio oriente. O novo presidente dos EUA, sempre com pompa e circunstância, incansável para se provar, anuncia a cooperação com os russos e ainda assina um pedido de um plano de resolução com um prazo de um mês para destruir o EI.

Tomando como seu aliado e razão de envolvimento os democratas sírios, que são unos com os ideais do movimento curdo, enfraquece a posição ilegal turca a nível político. Como a verdadeira razão por detrás do envolvimento turco é “resolver” o problema curdo, cada vez mais a Turquia se encontra sozinha no palco internacional.

Este confronto remonta a séculos de história de opressão do povo curdo, e a tempos mais obscuros da Turquia, preenchidos por deportações e exílios forçados para calar um povo que tem o direito da autodeterminação, mas ao qual nunca foi feita justiça.

AS OFENSIVAS PARA O FIM DO EI

Atualmente, existem três ofensivas importantes a decorrer concorrentemente, cuja menção é indispensável no que se refere à guerra.

Raqqa

As forças democráticas sírias (SDF³) encontram-se responsáveis pela ofensiva Raqqa, no nordeste da Síria, que tem como objetivo derrotar o governo do EI aí sediado. O primeiro ponto é encurralar, para depois poder de facto reprimir a presença do EI na região. Esta ofensiva tem ainda a participação do IFB⁴ (International Freedom Battalion), com apoio francês, americano e britânico.

Batalha de al-Bab e a libertação de Aleppo

Outra ofensiva que é participada por quatro blocos é a batalha de al-Bab, que reúne: o EI; as forças turcas coligadas com o outrora moribundo FSA⁵ (Free Syrian Army, que será discutido noutra artigo), com apoio russo e americano contra o EI; a SDF; e o regime de Assad. Esta ofensiva baseia-se em conquistar a cidade do mesmo nome, um pouco a norte de Aleppo, ao EI, cuja conquista seria bastante importante para qualquer façção. A importância deve-se essencialmente à região central ter uma localização estratégica

privilegiada, além do valor simbólico que Aleppo teve ao longo da guerra como um dos locais mais disputados.

Batalha de Mossul e a libertação do Iraque

A terceira ofensiva é outro ponto estratégico, mas este localiza-se no Iraque e assenta apenas em combater o EI. Como será de esperar, é a batalha por Mosul, peça essencial para empurrar o EI para fora do Iraque e controlar todo o nordeste iraquiano. Esta cidade tem um papel importante, tendo sido a cidade que meteu o EI no mapa.

É a segunda maior cidade do Iraque e acima de tudo a sua história é um case study do que não fazer após ocupação militar de um país sem estabelecer um novo poder capaz de o governar de facto.

Al-Nusra, uma ameaça equivalente ao EI? Um balanço contra o Irão xiita

Após a eliminação do EI, resta apenas lidar com o outro grupo associado, mas não dissidente da Al-Qaeda, que é a frente al-Nusra. Apesar de não ser tão poderoso como o EI, tem objetivos semelhantes. Estes são a instituição da sharia na Síria, não ambicionando o que o EI alega, que é o estado islâmico universal. No passado dia 27, foi anunciada uma fusão do al-Nusra com outros grupos menores de jihadistas salafistas, que ameaça de facto dar alguma luta, tanto contra o regime sírio, como a SDF, e os outros elementos no campo. Este grupo tem uma posição pouco clara a nível de a quem deve a sua fidelidade, mas tem sido contactado por países maioritariamente sunitas, como o Qatar, para serem financiados e repudiarem as ligações relativamente à Al-Qaeda. Estes veem o envolvimento russo e financiamento iraniano como o estabelecimento de Assad como um fantoche para a agenda xiita iraniana e uma plataforma para conflitos futuros.

Passados estes anos de guerra civil, e de numerosos crimes contra a humanidade, a Síria tenta ver um fim a este conflito. No entanto, como toda esta região do planeta, sempre envolvida em guerras sem fim, esta guerra civil pode acabar brevemente, mas o que lhe seguirá?

Existe esperança que haja o estabelecimento de um estado democrata e secular livre, que

não se baseie essencialmente na política de um partido único dominante. A pergunta que também está no ar é se de facto tal regime seria viável, tendo em conta as circunstâncias.

Concretamente, podemos afirmar que o fim do EI é certo, que este tipo de organização mostrou-se versátil, eficaz e eficiente, mas pouco mais. Deixaram meio mundo completamente incapaz de responder ao seu crescimento. O mundo pós-Estado Islâmico pode ser resumido a três perguntas:

O EI acaba, mas quando? E será que veremos o aparecimento de outros semelhantes? O que aprendemos com esta guerra? □

(1) Escudo de Eufrates (en.: Euphrates Shiled, turk.: Fırat Kalkanı Harekâtı): Operação turca para criar uma zona de tampão entre território turco e a guerra civil síria, em solo sírio.

(2) EI (Estado Islâmico, ISIS, ISIL, Daesh) - O auto proclamado estado islâmico universal. Movimento jihadista sunita sulista que pretende a implementação da lei islâmica (sharia) a nível universal.

(3) SDF (en. Syrian Democratic Forces) - São o maior corpo de rebeldes democratas sírios, que estão alinhados com os princípios do movimento curdo de rojava.

(4) IFB (en. International Freedom Battalion) - São um movimento de esquerda internacional inspirado nas brigadas internacionais, que partilham um objectivo semelhante, que é a luta contra os estados autoritários presentes no mundo.

(5) FSA (en. Free Syrian Army) - Foi o primeiro movimento rebelde sírio organizado, cujas dissidências originaram formalmente a maior parte dos novos elementos. Actualmente, reanimou como fantoche dos turcos para se justificarem lá.



OS ELEVADOS MUROS DA EUROPA

Uma visão sobre a situação actual dos vários milhares de pessoas que tentam recomeçar uma vida em território europeu

por Miguel Duarte

As estatísticas dizem que 2016 foi o ano mais mortífero de sempre nas águas do Mediterrâneo. Apontam para mais de 5000 mortos, sendo que este número fica inevitavelmente aquém do número real, dados os barcos que desatracaram de praias líbias nunca chegando a ser encontrados.

Nas ilhas gregas, o problema é outro.

A 20 de março de 2016, a União Europeia assinou um célebre acordo com a Turquia que incumbia esta última de impermeabilizar as fronteiras à passagem de refugiados para a Europa em troca de seis mil milhões de euros e de que se facilitasse o processo de

aquisição de vistos por parte de cidadãos turcos para países da UE. Desde então, a Turquia passou a ser considerada um safe country e qualquer refugiado de guerra que peça asilo na Grécia terá que provar que corria perigo de vida na Turquia, independentemente do que se tenha passado no seu país de origem.

Caso consiga tal façanha, fica habilitado a concorrer a recolocação noutro estado membro. No entanto, os únicos países do Médio Oriente cujos cidadãos têm actualmente direito a recolocação são a Síria, o Iémen e o Qatar. Isto significa que um iraquiano vindo das adversidades da recente batalha de Mossul não pode legalmente requerer asilo

em nenhumpáís da UE que não a Grécia, e mesmo para isso terá que comprovar que a Turquia não constitui um lugar seguro.

A cereja no topo do bolo de toda a grande resposta europeia à crise de refugiados é que há tão poucos recursos disponíveis para os serviços de asilo gregos e para a recolocação que, em geral, este processo demora vários meses a ver sequer um início. Meses esses em que milhares de migrantes são mantidos a dormir em tendas de campismo sem cobertura impermeável, sob um chão de cimento e debaixo das chuvas e outras adversidades do inverno litoral. Este é o caso de Moria, um campo na ilha de Lesbos que alberga cerca

de quatro mil pessoas que estendem a roupa molhada nas várias camadas de arame farpado que as separam do exterior.

Toda a actual situação em que vivem e morrem os migrantes a caminho da Europa é o resultado inevitável de uma acção política desumana por parte da União Europeia, impulsionada pelo medo característico da desinformação. Entidades públicas mal informadas ou mal-intencionadas perpetuam mitos e rumores acerca da chegada de refugiados maioritariamente islâmicos a terras europeias. É através destes mecanismos que vemos partidos caracterizados por narrativas xenófobas e anti-imigração no pódio das eleições legislativas de tantos países europeus. É por esta razão que se torna tão fundamental que cada cidadão faça questão de se informar correctamente, cruzando notícias e fontes de modo a criar uma opinião o menos condicionada possível.

Despeço-me então do leitor com o seguinte apelo: Informemo-nos tão bem quanto possível acerca das inúmeras complexidades desta crise. Participemos nas manifestações e protestos em que nos revemos. Apoie as ONG que vão para a linha da frente actuar onde os governos falharam e, finalmente, votemos com a consciência de que disso depende o resultado de uma crise humanitária sem igual no resto do Mundo. □

TESTEMUNHO por Miguel Duarte

O relógio por cima da sala comum batia as nove da noite quando o líder de missão entrou de rompante, interrompendo o jantar da tripulação para nos informar que havia recebido uma chamada de emergência da guarda costeira italiana. Os catorze tripulantes e dois jornalistas correram a equipar-se, tomando em seguida os respectivos postos. Quando saí para o convés, deparei-me com condições marítimas aterradoras, só disfarçadas pela escuridão da noite, de modo que tomei cautela ao deslocar-me para a proa do navio, onde me fixei. Tinha uma mão a segurar os binóculos tentando discernir alguma coisa, algum sinal de vida no horizonte, e com a outra segurava-me firmemente ao navio para não correr o risco de ser projectado borda fora, enquanto este galgava as ondas a dez milhas náuticas por hora.

Não passou muito tempo até que se tornasse claro que o barco de refugiados, vindos de toda a África subsariana, que procurávamos, se encontrava em águas líbias, legalmente inacessíveis até que a guarda costeira do país em questão emitisse uma autorização. Tentei o meu melhor para me entender ao telefone com o comissário líbio, mas fomos derrotados pela barreira de linguagem. Tentámos que fossem os militares italianos a contactar os líbios, mas em vão.

Desprovido de alternativas, o capitão reuniu a tripulação para nos perguntar se estaríamos dispostos a entrar em território da Líbia de modo clandestino para podermos resgatar os migrantes em perigo. Todos anuímos sem demora.

À chegada, defrontámo-nos com um barco de borracha furado que se ia enchendo de água, dezenas de pessoas a cavalo nas cada vez mais escassas partes do barco que permaneciam intactas e outras tantas já dentro de água tentando, sem esperança, agarrar-se a algo que ainda flutuasse. A cada onda que passava, mais três ou quatro infelizes eram arrastados impiedosamente para as águas negras num estado de pânico sem descrição.

Juntamente com outras Organizações Não Governamentais, conseguimos resgatar 113 pessoas, posteriormente recolhidas pelos Médicos Sem Fronteiras. O estrondoso sucesso alcançado só nos pôde ser roubado pela notícia de que uma menina de três anos havia caído ao mar devido à agitação causada pela nossa iminente chegada. À menina seguiu-se a sua mãe, e quem sabe quantos além dos 113 terão entrado nesse mesmo barco sem nunca voltar a terra firme? Aliás, quem sabe quantos mais terão encontrado o seu destino final no fundo do mar Mediterrâneo ao longo deste ano?

(veja mais imagens desta reportagem em diferencial.tecnico.pt)

JORNALISMO NA NOVA ERA I

Os desafios no caminho da comunicação social*

por Miguel Martinho

Num mundo onde a globalização é uma força imparável que transforma as sociedades ao produzir alterações a todos os níveis - tecnológico, social, cultural e político -, estas ainda não souberam como responder aos seus efeitos negativos. Esta incapacidade dos estados, principalmente dos mais desenvolvidos,

traduz-se na contestação das pessoas pelo receio que este movimento coloque em causa os direitos e estilo de vida que pensavam adquiridos e que os seus governos

sejam incapazes de proteger os seus interesses. Esta desilusão leva a um clima de suspeição sobre os governos e democracias liberais, criando-se uma janela de oportunidade para tentar instituir posições protecionistas e isolacionistas como resposta reaccionária à globalização. Numa situação destas, organizações jornalísticas independentes e profissionais são fundamentais para manter o público informado, devendo trabalhar para transmitir uma representação dos factos o mais próxima possível da realidade.

No entanto, também os media viram o seu meio alterar-se

por força da globalização. O acesso em massa à internet, providenciado pela oferta diversa de smartphones e computadores portáteis a baixo custo, a expansão e desenvolvimento das infraestruturas de telecomunicação, verificadas principalmente nos países em vias de desenvolvimento, e o aumento do tráfego devido ao



baixo custo das subscrições dos operadores de telecomunicações, contribuíram para um crescimento sustentado da comunidade mundial digital, como é possível ver no relatório global da Internet de 2015 da Internet Society¹.

A informação é mais volátil e o acesso tornou-se menos restricto. A partilha e transmissão são feitas de forma muito mais orgânica, fugindo da alçada dos media tradicionais. No último relatório sobre a evolução das notícias digitais do Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo², verifica-se uma tendência para o aumento do

número de pessoas que acedem às notícias a partir das redes sociais, com 46% dos inquiridos, tanto nos EUA como na UE, a afirmarem que a fonte primária de notícias são as redes sociais. Ao se segmentar os inquiridos por faixa etária, observa-se que esta tendência é ainda maior no caso dos jovens, enquanto os mais idosos têm uma posição mais conservadora ao usarem

a televisão como meio de eleição. Se esta preferência das faixas etárias mais jovens prevalecer à medida que transitam para a idade adulta, é de esperar que estes meios vão conquistando

espaço aos meios mais tradicionais como a televisão e a rádio.

O *empowerment* promovido por plataformas como o Facebook, Twitter, Youtube e Medium permite transformar qualquer indivíduo num putativo jornalista, contornando as formas tradicionais de jornalismo. Exemplos disso são a Primavera Árabe e, a nível nacional, a manifestação contra a austeridade a 15 de setembro de 2012, no Terreiro do Paço. Qualquer pessoa munida de um smartphone tem potencial para ser um veículo de notícias. A natureza destas novas

ferramentas digitais permite a interação de cada indivíduo com a notícia, ao contrário da forma mais passiva com que absorveria a informação veiculada pelos *media* tradicionais. A disseminação deste poder por milhões de

Acresce a este problema que as empresas que detêm estas plataformas sociais não as vêem, ou pelo menos não as querem ver, como meios de comunicação. Preferem mostrar-se como empresas tecnológicas cujo produto permite a interação

relativamente às notícias falsas, enumerando vários projectos que pretende implementar e que passam por uma detecção mais eficaz, por facilitar a denúncia de notícias falsas e pela verificação de factos por terceiros como Politifact e FactCheck.org.

Os media tradicionais não têm apenas de competir entre eles, mas também com muitas outras fontes de notícias com diferentes características e que não estão sujeitas às mesmas restrições a nível de regulação, financiamento, código deontológico ou qualquer conjunto de normas éticas.

peças torna este ecossistema muito mais competitivo. Os media tradicionais não têm apenas de competir entre eles, mas também com muitas outras fontes de notícias com diferentes características e que não estão sujeitas às mesmas restrições a nível de regulação, financiamento, código deontológico ou qualquer conjunto de normas éticas.

A preponderância que as redes sociais têm ganhado nos últimos anos, ao nível de moldar a opinião pública e a relação das pessoas com as notícias, é visível principalmente na política. O caso das eleições presidenciais nos EUA é um claro caso de estudo de como as redes sociais podem ter um impacto no envolvimento do cidadão na política e na sua polarização. Perante esta evidência, têm existido pressões para que empresas como o Facebook dêem a conhecer algumas características dos algoritmos que usam para fazer a selecção do conteúdo mais relevante para o utilizador e para que tentem controlar a disseminação de notícias falsas.

entre pessoas e a partilha de conteúdo e entretenimento. Ao não se assumirem como uma empresa de media, não estão sujeitas ao mesmo tipo de regulação e escrutínio, e em termos de marca é mais favorável ao olhar do público serem considerados como uma tecnologia do que como mais um meio de comunicação, uma vez que, com a crise económica e social, as instituições democráticas, onde se incluem os media, sofreram um aumento do descrédito e diminuição da sua reputação. No entanto, torna-se difícil manter esta imagem quando cerca de 2/3 dos inquiridos revelam que usam o Facebook, a maior rede social a nível mundial, para aceder a notícias².

Num post publicado a 12 de novembro de 2016, Mark Zuckerberg afirmou que apenas 1% das notícias que os utilizadores vêem no Facebook pode ser considerado notícias falsas e que estas não teriam tido um impacto no resultado das eleições norte-americanas. Dias mais tarde, acabou por adoptar uma posição mais crítica

Isto levanta problemas éticos, porque é necessário assegurar que estas organizações são neutras e profissionais. Mais do que isso, é essencial que os utilizadores sintam isso, sob pena de gerar desconfiança e colocar em causa a liberdade de expressão que a rede social gosta de advogar.

No contexto da explosão das redes sociais e conteúdo online, como podem os *media* tradicionais destacar-se da concorrência? Esta é uma pergunta à qual não têm sido capazes de responder durante as últimas duas décadas. Os media tradicionais teriam, teoricamente, a seu favor a metodologia, a organização e, para aqueles mais antigos, a reputação junto do público. No entanto, isso parece não chegar para distanciá-los do resto da competição.

Já não têm o monopólio da informação, são mais lentos a veicular notícias do que as redes sociais e não têm capacidade para ir ao encontro da multitudine de interesses de um público que consome notícias a um ritmo muito acelerado. Esta perda →

de autoridade e quota de mercado vê-se na quebra das fontes de rendimento dos media tradicionais. O número de edições impressas (para aqueles que apostam nessa vertente) diminui, e o número de subscritores (da versão impressa e online) e as

dado assunto com animações e grafismo, e que são mais dinâmicos e apelativos a nível visual. Numa tentativa de satisfazer os interesses do público ou de, pelo menos, levá-los a ler as suas notícias usando títulos ambíguos (o

independência do jornalismo seja colocada em causa, uma vez que os profissionais são mais susceptíveis a jogos de influência por parte dos mais variados lóbis e governos. Para além destas influências, não é possível desconsiderar a transferência

Os profissionais não são incentivados a produzir conteúdo de qualidade nem a investir em peças de investigação, e é mais fácil que a independência do jornalismo seja colocada em causa, uma vez que os profissionais são mais susceptíveis a jogos de influência por parte dos mais variados lóbis e governos.

receitas geradas pelos anúncios ao nível do jornal impresso, site online e apps não são suficientes para contrabalançar essa diminuição, dada a relutância das pessoas em pagar para ter acesso a notícias, quando o meio é rico em notícias gratuitas. Este modelo de negócio está, portanto, esgotado e é preciso encontrar alternativas. Nesta tentativa de encontrar soluções, os media tradicionais empenharam-se na criação de conteúdo online, principalmente ao nível do site. Existem diversos sistemas de subscrição de conteúdo, alguns jornais optam por ter um limite de artigos grátis, enquanto outros revelam apenas um pouco do artigo para incentivarem os leitores a aderirem à subscrição. No conteúdo que é livremente acessível, as paredes de anúncios são comuns e juntam-se aos habituais anúncios laterais e de rodapé. Existe também uma tentativa de explorar outros tipos de conteúdos (para além dos artigos informativos e de opinião), como os vídeos curtos que combinam uma peça jornalística sobre um

chamado fenómeno de *clickbait*) e não com o foco em transmitir os factos mais relevantes da realidade, os media tradicionais passaram a privilegiar abordagens e perspectivas mais sensacionalistas e supérfluas que geram o choque e despoletam a curiosidade do público. Público esse que muitas vezes nem é capaz de distinguir verdadeiras notícias de artigos relativos a conteúdo patrocinado. É, por isso, necessário encontrar soluções mais criativas que sejam capazes de preservar a qualidade do jornalismo e que sejam apelativas em simultâneo.

No entanto, muitas empresas de media vivem num sufoco financeiro, levando a situações de precariedade em que os profissionais não são incentivados a produzir conteúdo de qualidade nem a investir em peças de investigação, porque isso ou envolve maiores custos, ou não segue uma política de edição mais focada em maximizar o rendimento retirado das notícias e artigos publicados. Nesta situação de estrangulamento, é mais fácil que a

de poder que ocorreu para redes sociais como o Facebook quando ferramentas como o Instant Articles foram implementadas. Neste caso, os artigos de um jornal são acedidos directamente na aplicação do Facebook, sem ser necessário abrir um browser e aceder ao site do jornal, descaracterizando a relação com o público, o que afecta a marca e imagem que este passa.

O caminho para um jornalismo independente e de maior qualidade é complexo e cheio de interrogações, mas tem de ser feito por uma nova geração de jornalistas. Na próxima edição do Diferencial procurar-se-á reflectir e discutir sobre possíveis soluções. □

(1)-Internet Society Global Internet Report 2015, http://www.internetsociety.org/globalinternetreport/2015/assets/download/IS_web.pdf

(2)- Reuters Institute Digital News Report 2016, <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital-News-Report-2016.pdf>

PROPINAS GRATUITAS

Moção assinada pela AEIST incentiva proposta do Bloco de Esquerda

por João Santos

No seguimento da moção assinada pelo recém-eleito Presidente da AEIST a exigir o fim das propinas no ensino superior, o Bloco de Esquerda anunciou a preparação de uma proposta ao *Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*, fundamentada na mesma moção, e que consistirá num plano a três anos para a extinção gradual do custo da propina, compensada com um aumento da contribuição do Estado no financiamento das universidades públicas.

A moção, entretanto também divulgada via *facebook* da AEFLUP, foi assinada em Dezembro, no Encontro Nacional de Direções Associativas, em conjunto com outras estruturas representativas de mais 100.000 estudantes, numa iniciativa que visa *"impulsionar mais uma profunda reforma no Ensino Superior, garantindo da sua base social"*.

Apesar dessa iniciativa, esta opção política não tinha sido anunciada como parte do programa eleitoral da lista E, entretanto vencedora das eleições à direção da AEIST. O

Diferencial entrou em contacto com o Presidente da AEIST, João Silva, que nos confirmou a ausência deste ponto no programa. *"Não era uma coisa que estivesse no meu programa eleitoral porque foi uma coisa que surgiu no seguimento dos espaços de discussão, em que nos comprometemos a estar presentes, e que surgiu de desenvolvimentos únicos e situações do momento que fizeram surgir esta oportunidade"*, partilhou com o Diferencial.

"No entanto, a posição da AEIST é a posição dos estudantes e, como tal, a posição da AEIST neste movimento será discutida, avaliada e votada em Assembleia Geral de Alunos. Na minha opinião, este é um momento histórico, um dos poucos em que a nossa geração tem a oportunidade de se unir e mostrar que somos pessoas que querem debater as questões, sempre com o intuito de melhorar o Ensino Superior Público."

As propinas do Ensino Superior Público começaram a ser pagas pela primeira vez em 1992, com a aprovação da Lei das Propinas, em que se considerava um delineamento do

preço das mesmas com base no escalão de IRS dos agregados familiares. Em 2015, as receitas provenientes das propinas de alunos do Ensino Público representaram 28% da receita total entregue às instituições – em valores apresentados pelo BE. Em atualizações mais recentes, conforme foi avançado pelo *Jornal Económico*, embora ainda não haja data marcada para o debate do plano na Assembleia da República, *"a proposta deverá ter parecer favorável da parte do Governo de António Costa."* □

***"(...) este é um momento histórico, um dos poucos em que a nossa geração tem a oportunidade de se unir e mostrar que somos pessoas que querem debater as questões, sempre com o intuito de melhorar o Ensino Superior Público."* - João Silva**

TURISMO E GENTRIFICAÇÃO

Numa altura em que o turismo cresce em Portugal, concentrando-se nas cidades, certas comunidades são indirectamente prejudicadas. Esta é uma relação mutuamente deteriorante que passa despercebida embora no futuro uma delas seja a que mais perde *

por Francisco Moreira de Azevedo

Imagine-se na seguinte situação: é um turista em Lisboa, a passear por bairros na Mouraria, o sol que escapa através dos telhados bate na calçada, as pessoas reúnem-se nas esquinas ou cafés, os fregueses sorriem sempre que vêem um estrangeiro, por simpatia ou oportunismo. Será esta uma descrição realista hoje em dia? Os bairros típicos parecem menos típicos, há cada vez mais turistas e menos locais,

menos pequenas lojas e mais mercados ou quiosques com mercadoria turística, e ainda o constante assédio ao aproximar-se de um restaurante. Ao andarmos por zonas como Chiado, Graça ou até Martim Moniz, somos engolidos por uma enchente de turistas, ao ponto de ser mais difícil chocarmos com um português do que com um estrangeiro.

Para qualquer turista, o contacto com a cultura local representa uma forte vertente da

experiência de visitar Lisboa, mas isto leva a que a essência de certas zonas se dilua quanto maior for a presença turística.

Aos poucos, esta afluência vai determinando certos estabelecimentos tradicionais, que passam a dirigir-se mais para este público, sobretudo restaurantes e lojas que se encontrem em roteiros turísticos específicos. A dinâmica do bairro ou região altera-se, especialmente devido ao crescimento de novos comércios



Catarina Martins: "O preço da habitação em Lisboa aumentou 37% em três anos. O arrendamento, como sabe, aumentou 40%, as pessoas estão a ser expulsas do centro da cidade e não encontram habitação"

ou até devido à construção de edifícios que procuram saciar uma procura (quer seja comercial, habitacional, etc.). A este processo dá-se o nome de **gentrificação**. Neste caso, o comércio é o crescente turismo, e a construção de edifícios é a reconstrução e requalificação de edifícios em zonas históricas da cidade de Lisboa. À primeira vista, o processo parece apenas benéfico: mais fluxo de pessoas, mais actividade e mais comércio. Todavia, as consequências podem surgir ao longo do tempo, tópico que será abordado adiante.

Existem, para além das causas mencionadas acima, outros factores cujo efeito pode ser relevante. No decreto-lei nº307 de 23 Outubro de 2009 são reconhecidos vários desafios para a reabilitação urbana, e o mesmo decreto-lei visa solucioná-los ao promover a reabilitação urbana através de uma interacção mais próxima dos proprietários, dos municípios ou parceiros privados, bem como da concentração de recursos para que tal seja possível. A 14 de Agosto 2012 foram introduzidas as leis nº31 e 32,

que visam agilizar e dinamizar a reabilitação urbana e o mercado de arrendamento, tornando-o mais flexível e capaz. A tendência para um mercado de arrendamento mais liberal, tal como a reabilitação urbana, constitui um possível factor na valorização das zonas de intervenção, muito provavelmente associadas ao aumento das rendas. Não foi surpreendente quando, a 27 Janeiro deste ano, no debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, a deputada Catarina Martins mencionou (embora sem indicar as fontes): O preço da habitação em Lisboa aumentou 37% em três anos. O arrendamento, como sabe, aumentou 40%, as pessoas estão a ser expulsas do centro da cidade e não encontram habitação.

O problema é actual: a quantidade de turistas, com alto poder económico relativamente ao português médio que afluem diariamente a Lisboa, juntamente com a reconstrução de edifícios, acaba por valorizar imenso certas zonas históricas mencionadas. Consequentemente, o preço dos bens, as rendas, e até o preço das casas sobe. Esta situação é uma realidade diária nos bairros históricos de Lisboa, regiões geralmente habitadas por populações idosas, que pagam rendas baixas adequadas às suas pensões e que não conseguem suportar estas transformações na dinâmica dos seus bairros ou regiões. As consequências referidas anteriormente são claras agora: a população que define uma certa zona, fornecendo aos turistas uma experiência típica lisboeta, é

aquela que mais sofre e que terá de procurar soluções fora da sua zona. Isto repete-se num ciclo vicioso, porque para os turistas o importante é a autenticidade e essa depende das pessoas, daquelas que vivem nos bairros, bairros dos quais estão a sair. Perde-se a existência mística e simples bairrista.

Parece não haver uma forma de parar um ciclo com esta inércia, mas existem soluções que podem surgir através da mudança da legislação. O problema fulcral é que não existe renovação de população (sendo que a mais antiga vai diminuindo), tanto nos edifícios mais antigos, como nos que foram requalificados. É claro que a população mais idosa vai passar as suas casas para a próxima geração (ou vendê-las), sendo que, em ambos os

(...) a população que define uma certa zona, fornecendo aos turistas uma experiência típica lisboeta, é aquela que mais sofre e que terá de procurar soluções fora da sua zona

casos, o destino previsível das casas será de monetização das mesmas, ao invés da sua reutilização. Existem duas formas de lidar com o problema, a primeira é rever o regimento de arrendamento urbano tentando manter as populações locais e a segunda, talvez mais visionária, é de incentivar ocupação por uma nova geração. O tema fica aberto para discussão. □

ELON MUSK SONHA, A OBRA NASCE

Um olhar sobre as aventuras tecnológicas de Elon Musk

por Miguel Rodrigues dos Santos

Ler sobre Elon Musk é uma experiência surreal. Este empreendedor é provavelmente um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da tecnologia nos últimos 10 anos. Empresas como a Paypal, SpaceX e Tesla tiveram a ousadia de Musk como ponto de partida.

Tesla Motors

Em 2003, Musk fundou a empresa Tesla Motors com o objectivo de tornar os carros eléctricos viáveis para todos os consumidores. Actualmente, a empresa tem mais de 14000 colaboradores, uma receita anual de mais de 4 mil milhões de dólares e 164 mil carros vendidos. A Tesla Motors é responsável por inúmeros desenvolvimentos tecnológicos em áreas como o armazenamento de energia nas baterias dos carros eléctricos, o piloto automático, e até o vidro usado nos veículos. O sonho de tornar esta tecnologia viável para todos os consumidores continua por atingir, mas, no seu "Master Plan part Deux", Musk partilhou as suas intenções de o fazer. Uma das suas ideias é, por exemplo, começar a proliferação do conceito de "frota partilhada", que permite que o dono de um Tesla partilhe o seu carro com outros condutores, sendo monetariamente recompensado por isso. "Será possível carregar num botão que faz com que o seu carro se torne parte da frota.

(...) Isto baixa dramaticamente o verdadeiro custo do carro, tornando-o viável para quase todos.", escreveu Musk (tradução livre).



©Rebecca Cook/Reuters

Acesso global a internet de alta velocidade

A empresa SpaceX acabou de anunciar a sua mais recente aventura. No passado dia 15 de Novembro, a SpaceX pediu autorização às entidades reguladoras para lançar uma nova frota de 4425 satélites que irão operar a baixa altitude numa órbita não geostacionária. A frota de satélites tem como objectivo oferecer acesso à internet de alta velocidade a todo o planeta. Já existem outros projectos semelhantes, mas nenhum deles oferece um serviço comparável ao serviço prometido pela SpaceX. A grande diferença está na altitude a que os satélites são instalados: os satélites da SpaceX serão colocados a uma altitude inferior a 1500km, enquanto que a competição opera a altitudes de 35000km. A proximidade aos satélites permite um acesso mais rápido à informação: de acordo

com a Federal Communications Commission (FCC), a latência média no acesso aos Internet Service Providers (ISP) é cerca de 600 milissegundos, enquanto que este novo serviço garante latências entre os 25 e os 35 milissegundos.

Telhas ecológicas

A Tesla Motors adquiriu recentemente a SolarCity - uma empresa focada no desenvolvimento e produção de tecnologia relacionada com a energia solar. O mais recente anúncio de Musk foi algo inesperado: a solar city acabou de lançar para o mercado "telhas ecológicas", que permitem adquirir energia solar. Esta ideia não é nova nem revolucionária, mas o preço de venda é. De facto, a SolarCity conseguiu reduzir tanto o preço das telhas que estas são actualmente mais baratas que as telhas normais. E isso antes de considerar o dinheiro poupado em electricidade. Nas palavras de Musk, "Why would you get anything else?"

Estes são apenas alguns dos assuntos que ocupam a mente fervilhante de Elon Musk. O seu sucesso tem tanto de talento como de dedicação: mesmo depois de bilionário, Musk continua a fazer "noitadas" no escritório e a dormir frequentemente num saco cama junto do fim da linha de produção. ▣

O ELOGIO DO TÉDIO

A razão pela qual começou a ler este texto não tem nada que ver com o facto deste lhe suscitar qualquer interesse. Afinal de contas, porque raio haveria de querer ler um elogio ao tédio se aquilo que está a fazer neste momento é fugir ao dito? Certamente começou a ler porque não tem outra coisa para fazer sem ser ler este texto. Está entre a espada e a parede: a espada é o tédio, a parede é este texto. *

por César Bombarda

Nem todas as actividades que desenvolvemos têm utilidade objectiva. Enquanto cozinhar ou lavar os dentes têm propósitos específicos associados à manutenção do nosso organismo, evoluir um personagem num jogo de vídeo ou fazer ponto-cruz não têm um carácter tão fundamental ou imprescindível. Há, porém, alguma relutância em abdicar deste último tipo de actividades; essa relutância está usualmente associada ao receio de que, caso não seja possível praticá-las, fiquemos sem nada para fazer, ou seja, sem a possibilidade de nos mantermos entretidos quando todas as nossas necessidades orgânicas tenham sido satisfeitas. O tédio é a companhia que ninguém quer.

Talvez a batalha contra o tédio tenha sido uma das primeiras que a humanidade travou. Olhando para trás, nem só de registos de tácticas de combate, de calendários agrícolas ou de planos de construção são feitas as relíquias escritas da antiguidade. Dessa época também nos chegam peças de teatro, tratados de filosofia, danças e música; tudo isto associado a actividades que defendiam as pessoas do tédio e que, de alguma forma, lhes permitiam viver melhor. A batalha contra o tédio continua e com uma intensidade tal que a indústria do entretenimento representa hoje um dos mais importantes sectores de actividade económica, tendo atingido, em 2014, lucros da ordem do trilião e meio de dólares, em todo o mundo, e um crescimento previsto até 2019 de 5,1% por ano. O tédio é tão veementemente indesejado que os meios para o evitar foram aperfeiçoados ao ponto de serem capazes de percolar através de qualquer cenário. Chegamos a um ponto em que é quase inaceitável que alguém diga que está a apanhar uma seca; as viagens de autocarro ou comboio, as passagens pelas salas de espera ou a fila do supermercado deixaram de ser locais povoados por uma maioria de pessoas silenciosas e entediadas -

basta ligar a internet e não faltam músicas, vídeos, as fotografias das férias dos amigos ou, em último caso, as notícias para fazer com que o tempo passe mais rápido.

Acontece que, apesar de haver esta tão bem organizada ofensiva contra o tédio, assente sobretudo na vulgarização do acesso à internet, há outras maneiras, mais endógenas, de lidar com os momentos fastidiosos. A fuga ao tédio pode ser feita por nós próprios e de maneiras mais criativas do que imaginamos. Fugir ao tédio, sem auxílio de revistas, livros, smartphones, etc., é como fugir de um cão raivoso a pé, ou seja, sem bicicleta, carro ou patins. A fuga é custosa mas, se a executarmos com sucesso, acabamos sempre por ficar pasmados ao verificar que corremos mais rápido do que julgávamos ser capazes. De igual modo, quando somos capazes de fugir ao tédio sozinhos, encontramos maneiras inopinadas de nos entreter: ora decidimos uma nova receita de pão, estabelecemos que vamos começar a ler mais ou encontramos uma boa ideia para escrever um texto; ora conseguimos decidir presentes de Natal adequados ou percebemos que o melhor é ignorar aquela quezília pateta que mantínhamos com a nossa prima.

O tédio, e a solidão que ele requer, cria as condições ideais para maturar aquilo que somos; é um catalisador da transformação. Quando entediados, podemos pensar e organizar o que sabemos e o que nos aconteceu; temos oportunidade para ponderar se concordamos ou não com alguma coisa e, assim, tomar decisões que sejam originais, ou seja, verdadeiramente nossas. Dar, de vez em quando, uma oportunidade ao tédio pode, eventualmente, fazer de nós pessoas mais ponderadas, mais participativas e mais articuladas; e que ninguém diga que pessoas assim não fazem falta. □

		7	9		3	2	8	6
1				2		9	7	
2			7			3		
5		2						
			8		1			
						6		4
		1			7			9
	3	9		4				2
8	4	5	2		6	7		

6			4			8		3
		2						
8				9	2		1	
		6		3				7
		8	2		4	3		
7				8		9		
	4		7	2				5
						1		
5		7			9			8

DOIS MATEMÁTICOS ENCONTRAM-SE NUMA ESTRADA

Um sabe o produto de dois números inteiros que estão entre 2 e 50. O outro conhece a soma desses dois números. Ambos desconhecem que o limite superior é 50. Começam, entretanto, a falar:

- O que sabe o PRODUTO diz: "Não sei quais são os dois números."
- O outro diz: "Já sabia isso"
- O primeiro responde: "Agora já sei os dois números."
- O segundo diz: "Também já sei os dois números"

(enviem-nos as vossas respostas para diferencial.ist@gmail.com)

